

ISOLAMENTO, CAPITALISMO E PARTICIPAÇÃO

ISOLATION, CAPITALISM AND PARTICIPATION

Antônio Carlos Robert MORAES¹

RESUMO: O artigo discute a relação entre a expansão homogeneizante do capitalismo e a permanência de áreas não plenamente envolvidas com a lógica do mesmo, realizando, tal relação, regiões de fronteira e, concomitantemente, de resistência ao processo expansivo. A partir deste fenômeno desenvolvem-se as possibilidades de uma atuação do Estado (através de leis e programas) e da sociedade civil organizada no sentido de se lutar a favor das áreas que permanecem num estado de relativo isolamento. As ONGs, universidades, os programas de ecoturismo, dentre outros, não deixam de ser possíveis instrumentos de atuação na conformação de tais fronteiras e territórios.

Palavras-chave: Expansão capitalista, isolamento, patrimônio natural, Estado e planejamento participativo.

ABSTRACT: This article discuss the relation between the capitalist homogenous expansion and the remaining areas not fully joined in the logic of the same expansion, so that, this relation is able to develop frontiers region and, concomitant, regions of resistance to the expansive process. From this fenomenum it develops the possibilities of the State acting (through the laws and programs)

¹ Prof. Livre Docente do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

and the possibilities of the acting of the organized civil society in a fighting way to maintain the areas that remain in a relative isolation situation. ONGs (Non Governmental Organisations), universities, ecotourism programs, and others, are possible active tools when territories and frontiers are done.

Keywords: Capitalist expansion, isolation, natural patrimony, State and participant planning.

Vale começar estabelecendo alguns pressupostos teóricos.

A expansividade é uma qualidade básica da espacialidade do capitalismo, entendido segundo Fernand Braudel como uma dinâmica de funcionamento da sociedade. Assim, a lógica do capitalismo tem a exaustão em termos espaciais como meta, isto é, busca submeter todos os lugares à sua lógica, destruindo ou incorporando (sempre modificando) os gêneros de vida que pré-existem à sua entrada numa dada localidade. Em termos espaciais, portanto, o capitalismo é em essência exaustivo e universalizador (tanto que cria uma história universal e um espaço de relação global).

Já o capital, entendido como uma relação social realizada através de objetos, é em sua essência seletivo, isto é, elege lugares para sua aplicação e concentração. Nesse sentido, sua relação com a superfície da Terra é oposta (e combinada) à do capitalismo, sendo marcada pela seletividade espacial, pela seleção de áreas — eleitas de manifestação. O capital está depositado em poucos lugares, enquanto a lógica capitalista impera nos diversos quadrantes do globo. Enfim, há lugares submetidos ao capitalismo com baixíssimo provimento de capital.

A relação entre a expansividade do capitalismo e a seletividade do capital é um elemento de geração de diferenças entre os lugares, e a combinação das diferenças aparece como uma das alavancas da dinâmica desse modo de produção. Daí Yves Lacoste denominar a espacialidade do

capitalismo de diferencial. Assim, o submetimento dos lugares à lógica capitalista implica numa dialética de homogeneização e diferenciação tanto social quanto espacial.

A formação da economia - mundo capitalista (usando Wallerstein) objetiva-se como uma hierarquização de lugares, que expressa em variadas escalas uma divisão espacial do trabalho, com áreas especializadas e com funções definidas dentro do sistema de fluxos. Num processo dinâmico onde as renovações do centro implicam em reavaliações e revalorizações dos espaços periféricos, gerando uma dialética entre o avanço das fronteiras territorial e das fronteiras de inovações tecnológicas.

Os arranjos gerados a cada momento do modo de produção, definem espaços marginais — também em várias escalas — aos fluxos principais (por exemplo, as “terras sem moeda” da América colonial, os finisterras da conquista). Tais espaços passam a cumprir um papel de fundos territoriais na ótica do capital, isto é, lugares de valorização futura, reservas de espaço e de recursos (muitas vezes capital natural potencial).

A tendência multiescalar à concentração e centralização dos objetos e das atividades, outra característica da espacialidade capitalista, leva a que tais espaços hiperperiféricos persistam em meio aos processos de expansão territorial impulsionados pelo capital, que, ao manifestar-se, concentrado no espaço, não abarca toda a extensão territorial de seu domínio formal.

A ocupação do litoral brasileiro bem exemplifica esse padrão concentrado de povoamento, que leva a um adensamento pontual em áreas eleitas da zona costeira, que são entremeadas por grandes áreas de baixíssima ocupação. Armando Corrêa da Silva, analisando o litoral norte paulista em meados dos anos setenta, mostra que, ao longo da história, esse trecho da costa brasileira conheceu ciclos recorrentes de relacionamento com a economia nacional que o qualificam como uma região isolada, marginal ou complementar, e vaticinava a entrada de um novo momento de complementaridade dessa região, agora capitaneado pelo uso turístico.

Vale lembrar que, naquele momento completava-se a comunicação terrestre pela orla entre as duas maiores concentrações urbanas do país, com a construção da Rio-Santos. Até hoje, a malha viária litorânea do país não se completou, o que evidencia a existência, ainda no litoral brasileiro, de espaços marginais ou isolados (nos termos propostos por CORRÊA).

Enfim, a espacialidade diferencial do capitalismo tem permitido até o presente a sobrevivência de áreas de isolamento, isto é, porções de território desconectadas dos fluxos econômicos desse modo de produção, porções desconectadas dos espaços periféricos (pois quase inexitem hoje nas regiões centrais). Na ótica da mundialização constituem a hiperperiferia, os lugares que se qualificam pelo isolamento. Numa perspectiva rousseauniana, o habitat do “bom selvagem”; numa perspectiva hobbesiana, um locus da barbárie². Para todas as avaliações, lugares regidos pela tradição.

Historicamente estes lugares, lugares isolados são cada vez mais residuais no mundo. Um mundo marcado pela ativação progressiva dos fluxos e da ocupação capitalista do solo. E são eles que abrigam os últimos fundos territoriais do planeta, as últimas fronteiras de recursos naturais.

São os lugares isolados que abrigam os meios dotados de grande originalidade natural e as populações ditas “tradicionais”. DIEGUES já bem demonstrou que as áreas de “natureza intocada” são um mito moderno, pois comumente encontram-se habitadas por povos que a antropologia evolucionista definia como “primitivos”, dotados de uma cultura própria, singular e autêntica.

² A condição de isolamento foi discutida por várias ciências sociais. Na geografia humana, tanto Ratzel quanto La Blache discutiram o tema, relacionando o isolamento com estagnação no processo civilizatório (Ratzel ainda o vê como positivo em alguns momentos da história dos povos, para afirmar-lhes o caráter).

Na antropologia, a situação de isolamento tem sido associada às “sociedades da abundância”, isto é, às comunidades que não conhecem a diferenciação social (ver: M. Shalins, G. Dalton ou M. Godelier, por exemplo).

Nas duas abordagens as sociedades isoladas são vistas como um mundo comandado pela tradição.

Contudo, uma cultura peculiar fechada só é possível de existir numa situação plena de isolamento. Se tal situação ainda existe no mundo contemporâneo desconhecemos, pois o isolamento absoluto implica em desconhecimento.

O conhecimento (o saber da existência) é, por contraste, a primeira manifestação da situação de contato, isto é, a primitiva quebra do isolamento. Na verdade, o isolamento absoluto torna-se relativo a partir da descoberta da comunidade isolada, torna-se um semi-isolamento, o qual passa a se diferenciar daí para frente, pelos graus de contato e integração da comunidade contactada com a sociedade nacional. Quanto maior o contato, menor a autenticidade da cultura e menor a originalidade local.

Nesse quadro, as questões do acesso e da localização genérica do entorno da área passam a ser essenciais na definição desse grau de isolamento relativo. O contato significando (utilizando um conceito caro a A. Giddens) uma destradicionalização da vida local.

A penetração de uma nova lógica subverte os valores locais. A pureza original é perdida. O encantamento de um mundo sem conflito se desfaz. A cultura local contactada não é a mesma cultura original isolada. Novas relações intrasocietárias são desencadeadas pelas relações intersocietárias. Afloram novas relações, novos interesses, e mesmo novos atores sociais locais (o filho que sai e volta para a comunidade aparece como um caso paradigmático de agente de mudança cultural). Enfim, os fluxos externos acabam por influir na vida interna da comunidade em contato.

Em certo momento, a antropologia brasileira privilegiou estudos desta situação, utilizando o conceito de "frição inter-étnica" para dar conta das múltiplas relações envolvidas na situação de contato, típica das áreas de frentes pioneiras. Os estudos e teses do programa de antropologia social do museu nacional, nos anos setenta, bem contemplaram esta ótica, que se inspiravam nas teorizações de George Balandier acerca da condição periférica.

A situação de fronteira como um universo de trocas marcado pela desigualdade entre os partícipes (de valor e das próprias condições de

troca). Acompanha-se da violência e do conflito inerente aos divergentes interesses em jogo nesse intercâmbio desigual.

Enfim, o lugar devassado pela entrada das relações capitalistas se dessacraliza e um novo arranjo social local emerge. A questão do domínio da terra aparece, nesse contexto, como central na definição deste arranjo, o domínio do espaço, como a variável básica do processo, determina o futuro dos habitantes primitivos. Emerge a disputa entre a posse comunal tradicional e a propriedade privada (legal e burocratizada), as quais se sobrepõem no âmbito espacial.

A partir desse momento, apenas a ação regulatória do Estado permite controlar ou impedir a inexorabilidade advinda da incorporação dos lugares à economia de mercado. Este pode garantir a posse comunal, pode impedir a dilapidação do patrimônio natural, pode inclusive vedar o acesso a certas localidades. Mas não tem como manter a originalidade da cultura local, dado o direito de mobilidade dos habitantes. Enfim, o Estado não consegue re-instalar a situação de isolamento absoluto (sua própria presença na área nega tal situação), seu limite de atuação é, portanto, o da restrição da ocupação e mesmo da presença da sociedade nacional.

É nessa ótica que as unidades de conservação do patrimônio natural devem ser entendidas, como áreas destinadas a uma função específica na divisão territorial do trabalho contemporânea, onde a originalidade natural é protegida por ações sociais. Tratam-se de espaços naturais dotados de uma nova qualidade, que implica numa apropriação sem alteração paisagística, com a preservação sendo definida hoje como um uso social singular. Assim, tais espaços não constituem enclaves isolados, mas áreas apropriadas destinadas ao uso e acesso restrito e regulamento.

Também as reservas indígenas ou extrativistas enquadram-se nessa categoria, constituindo tentativas de manter os níveis de contato inter-étnico em patamares baixos, e implementando políticas de proteção das populações pioneiras em face do avanço territorial da sociedade nacional e da economia de mercado. A propriedade estatal dessas terras é o que permite

a reprodução da posse comunal tradicional. Portanto, também expressam usos específicos, no caso de proteção social e de preservação cultural.

Nos dois casos mencionados — de áreas de proteção da natureza e de populações culturalmente diferenciadas — os problemas identificados na prática brasileira de gestão são de equacionamento simples, o que não significa de fácil resolução. Aqui, basta que o Estado consiga cumprir suas atribuições legais no que tange à instalação, regularização, fiscalização das reservas e demais unidades de conservação de uso direto. Pode-se dizer que a legislação brasileira cobre razoavelmente bem os principais ecossistemas e as principais culturas tradicionais presentes no território nacional. E pode-se mesmo contatar que uma significativa porção do espaço brasileiro já está legalmente definida para a função de preservação. Assim, aqui a questão é fazer o SNUC funcionar a contento, o que não é simples.

Porém, deixando de lado as áreas (pelo menos formalmente) protegidas, restam imensos espaços no território nacional ainda imersos em situação de semi-isolamento em diferentes graus de integração e contato, vivendo atualmente um rápido processo de incorporação à economia de mercado, ocasionado por uma recente revalorização desses espaços, onde emerge como importante vetor de expansão às atividades turísticas. A zona costeira é, possivelmente, a porção do território que com maior ênfase vivencia esse processo na atualidade, dada sua inelutável vocação para tal uso. O ritmo de ocupação dos espaços litorâneos no Brasil tem sido, nas últimas décadas, de uma velocidade ímpar. Em vários quadrantes da costa, este processo sobrepovoador avança sobre áreas semi-isoladas, habitadas por populações imersas em gêneros de vida “tradicionais”.

Nesses espaços, os horizontes de atuação do Estado limitam-se drasticamente, reduzindo-se à normatização e regulação da ocupação do solo, tocada basicamente por agentes privados. Tendo claro que o tombamento não pode ser uma diretriz universalizada em todo esse espaço, e que o avanço do processo de sua incorporação capitalista está em curso, o planejamento e a gestão dessa ocupação coloca-se como central não apenas

para minimizar os impactos sobre o meio natural, mas sobretudo para resguardar direitos sociais e um padrão democrático de uso da terra.

A expansão da atividade turística na zona costeira é um fato incontestado, com as análises de tendências do setor apontando para uma aceleração e, nesse sentido, o processo tende a ocorrer em vários trechos do litoral, de formação planejada ou espontânea, gerando uma ocupação organizada ou desorganizada sustentável ou insustentável (e os exemplos de insustentabilidade já são numerosos em várias localidades da costa). Frente a este quadro, o planejamento pode adotar uma postura realista ou irrealista, esta última abrindo campo para as formas de ocupação espontânea.

À postura realista — de atuar com os atores, os interesses e as tendências defrontadas — deve-se somar o ideal democrático, o que implica na qualificação desses atores, interesses e tendências, acatando os conflitos existentes e tentando pactuar certos consensos locais, de modo a evitar formas de ocupação que levem a marginalização dos segmentos populares.

Uma avaliação genérica dos processos de planejamento e gestão participativa realizados no país, na última década, revela que os seguimentos populares diferenciados, enquanto populações “tradicionais”, em geral são contemplados nos planos. Quilombolas, índios, pescadores artesanais, caiçaras e outras culturas locais, possuem aliados extra-locais (ONGs, setores acadêmicos, etc.) que atuam como agentes de pressão sobre as políticas ambientais e de ordenamento territorial, buscando resguardar os interesses destes grupos. Por outro lado, a própria ancestralidade de suas localizações atua como potencial elemento de resistência e de auto-defesa através do uso da inércia do assentamento (obrigando a ações práticas de desalojamento) e da criação de redes de solidariedade locais (familiares, por exemplo).

É possível mesmo apontar casos onde, com o avanço da economia de mercado, parte da comunidade tradicional se transforma numa classe dominante local emergente, que inclusive usa politicamente sua ancestralidade como elemento de formação de clientela. Nesses casos de assimilação ple-

na tem-se o capitalismo reproduzindo um de seus processos clássicos em áreas recém abertas à sua expansão: a diferenciação interna do campesinato.

Em outros casos, de maior resistência à assimilação cultural encontram-se comunidades que conseguiram gerar estratégias de sobrevivência na nova ordem instalada (a relação com as unidades de conservação e o ecoturismo aparecendo entre as mais exitosas iniciativas). Enfim, os casos são variados em sua diversidade histórica, num quadro que sempre tem a questão fundiária como elemento chave de explicação.

Contudo, a ênfase do planejamento ambiental nas populações tradicionais, deixa a descoberto os segmentos não tradicionais das classes populares. Os pobres sem raízes locais são também aqui excluídos, a maioria dos planos de ordenamento territorial não definindo áreas para sua habitação. E, sem dúvida, esse é o segmento social mais numeroso, ao menos nos lugares que já conheceram certa integração à economia de mercado. Tratam-se dos migrantes que afluem de forma cumulativa, atraídos pela atividade turística (normalmente trazidos pela construção civil, e fixando-se em áreas marginais aos empreendimentos após as obras), onde vão constituir a mão-de-obra utilizada nos serviços.

Se voltamos ao litoral norte do Estado de São Paulo, mais de vinte e cinco anos depois do estudo realizado por Armando Corrêa da Silva, a demanda social mais aguda e o maior nível de impacto ambiental defrontados não se alocam nas antigas comunidades caiçaras, mas nessas populações, trazidas por um contínuo fluxo migratório, e que ocupam hoje, de forma irregular, as áreas de risco ou das unidades de conservação. Em face desses segmentos não se trata de conservação de culturas tradicionais, mas de resguardar condições de vida dignas.

Um último comentário aborda a questão do planejamento participativo numa sociedade marcada pela não universalização dos direitos de cidadania, com traços pré-modernos ainda bastante vigentes, e com uma cultura política avessa à participação popular. Nesse quadro, a participação — assim como a descentralização — colocam-se como desa-

Antônio Carlos Robert Moraes

fiões da democratização, aos quais não se pode fugir. A construção da participação local é lenta e difícil (não há uma tradição assentada dessa prática no país). Todavia, as opções a esse estilo de planejamento também não resolvem, pois incidem nas práticas tecnocráticas (os planos centralizados, gerados em gabinete, sem legitimação social) de triste memória num passado recente.

Se entendemos o planejamento participativo como um processo, o estágio atingido por ele, no Brasil hoje, é o do alargamento da visibilidade social dos planos (e isso é um avanço considerável em relação a uma situação anterior de planos/caixa-preta). Pensar que os segmentos populares, notadamente os semi-isolados, vão atuar nos fóruns participativos com a mesma desenvoltura dos quadros técnicos universitários é uma ilusão, que desconsidera as diferenças culturais significativas entre tais atores.

Na verdade, o nível de participação atingido no país é aquele que em grande parte incorpora a nós, isto é, pesquisadores, representantes de entidades de classe, ativistas de ONGs e de movimentos sociais, enfim, a sociedade civil organizada (que não se confunde com a totalidade da população). Isto é um avanço, um desafio, e uma responsabilidade enorme.

São Paulo 14 de novembro de 2000.



Bibliografia

- BRAUDEL, Fernand *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana *O mito da natureza intocada -São Paulo: Hucitec, 1998.*
- LACOSTE, Yves *A geografia serve, antes de tudo, para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas, 1977.
- SILVA, Armando Corrêa da *O litoral norte do Estado de São Paulo (formação de uma região periférica)*. São Paulo: Instituto de Geografia/ USP, 1975.
- WALLERSTEIN, Immanuel *El moderno sistema mundial*. 4a. ed. México: Siglo Veintiuno. Vol. I, 1987. (vol. II, 2a. ed., 1984).

